

Em Terra de Cego

Nenhum ditado popular explica tão bem os problemas do Brasil e do mundo como “Em terra de cego quem tem um olho é rei”. Ele mostra por que existe tanta gente incompetente dirigindo nossas empresas e nossas instituições.

Mostra também por que é tão fácil chegar ao topo da pirâmide social sem muita visão ou competência. Basta ter um mínimo de conhecimento para sair pontificando soluções. Todo mundo palpita em economia e futebol como se fosse Ph.D. no assunto.

Se nossos técnicos de futebol tivessem ouvido os palpiteiros, jamais seríamos pentacampeões mundiais de futebol.

Por isso temos tantos acadêmicos para lá de arrogantes, que se acham predestinados a dirigir nossa vida com muita teoria e pouca informação. Existe um corolário desse ditado que me preocupa por suas consequências.

“Em terra de cego, quem tem um olho é rei, e quem tem dois olhos é muito malvisto.” Indivíduos inteligentes e capazes são encarados como uma enorme ameaça e precisam ser rapidamente eliminados pelos que estão no poder. Por essa razão, pessoas com mérito e competência dificilmente são promovidas no Brasil. Promovidos são os bajuladores e puxa-sacos.

Quando aparece alguém com dois olhos, os reizinhos tratam de eliminá-lo, quanto antes melhor. Já cansei de ver gente competente que, de um momento para o outro, deixou de ser ouvida pela diretoria.

Já vi muito jornalista que, de repente, caiu em desgraça. Já vi muito jovem comentar algo brilhante na aula e ser duramente criticado pelo professor, sem saber o motivo. Todos cometeram o erro fatal de mostrar que tinham dois olhos. Por favor, não deixe que isso aconteça com você.

Se você é dos milhares de brasileiros que possuem dois olhos, tome cuidado. Em terra de cego, você corre perigo. Nunca mostre a seu chefe, professor ou colega de trabalho os olhos que tem. Lamento não poder dar nenhum bom conselho, eu sou dos que tem um olho só. A maioria dos dois-olhos que conheço já desistiu de lutar e optou pelo anonimato.

Quando eles têm uma ideia brilhante, colocam a solução na mesa de seus chefes e deixam que a ideia seja descaradamente roubada.

Eles se fingem de mortos, pois sabem que, se agirem de modo diferente, poderão tornar-se vítimas. Mas há saídas melhores.

Se seu chefe tem um olho só, mude de emprego e procure companhias que valorizem o talento, que tenham critérios de avaliação claros e baseados em meritocracia. São poucas, mas elas existem e precisam ser prestigiadas. Ou, então, procure um chefe que tenha dois olhos e grude nele. Ele é o único que irá entendê-lo. Ajude-o a formar uma grande equipe. Se ele mudar de empresa, mude com ele.

Seja diferente, procure os melhores chefes para trabalhar, não as melhores companhias. Normalmente, as grandes empresas já são dominadas por reizinhos de um olho só. Por isso, considere criar um negócio com outros como você. Vocês terão sucesso garantido, pois vão concorrer com milhares de executivos e empresários de um olho só.

Nosso erro como nação é justamente não identificar aqueles que enxergam com dois olhos, para poder segui-los pelos caminhos que trilham.

Eles deveriam ser valorizados, e não perseguidos, como o são. O Brasil precisa desesperadamente de gente que pense de forma clara e coerente, gente que observe com os próprios olhos aquilo que está a sua volta, em vez de ler em livros que nem foram escritos neste país.

Se você for um desses, tenha mais coragem e lute. Junte-se a eles para combater essa mediocridade mundial que está por aí. Vocês não se encontram sozinhos. Nosso povo tem dois olhos, sim, e é muito mais esperto do que se imagina.

Ele está é sendo enganado há tempos, enganado por gente com um olho só. Foi-se o tempo de uma elite pensante comandar a massa ignara.

Hoje, a maioria do povo tem acesso à internet e a home pages com mais informação do que essa intelligentsia tinha quando fez seu doutorado. Se informação é poder, ela não é mais restrita a um pequeno grupo de bem formados. Nosso povo só precisa acreditar mais em si mesmo e perceber que cegos são os outros, aqueles com um olho só.

Disponível em: <https://blog.kanitz.com.br/terra-cego/>

Questão 01

Para o autor os problemas do Brasil e do mundo podem ser explicados:

- a) Por uma alegoria.
- b) Por uma política pública.
- c) Por um ditado popular.
- d) Pelo tipo de colonização.
- e) Pelo acultramento das nações.

Questão 02

O autor aponta metaforicamente nosso principal erro como nação através:

- a) De não identificar e seguir os que enxergam com dois olhos.
- b) De acompanhar e seguir os que possuem um olho só.
- c) De questionar de forma inteligente as bases do conhecimento intelectual.
- d) De valorizar os que enxergam com os dois olhos.
- e) De idealizar as pessoas que enxergam com os dois olhos.

Questão 03

Na opinião do articulista as pessoas que tem dois olhos no Brasil:

- a) São indignas.
- b) São recalcadas.
- c) São valorizadas.
- d) É maioria absoluta.
- e) São perseguidas.

Questão 04

“Foi-se o tempo de uma **elite pensante** comandar a massa ignara.” O termo em destaque se refere diretamente:

- a) Ao articulista.
- b) Ao público leitor.
- c) Aos intelectuais brasileiros.
- d) Aos políticos profissionais.
- e) À classe operária.

Questão 05

Na análise que faz o articulista, indivíduos inteligentes e capazes:

- a) Têm seu lugar consagrado.
- b) São encarados como uma enorme ameaça.
- c) Conquistam seu lugar com mérito.
- d) Obtêm rapidamente êxito.
- e) São identificados e seguidos por todos.

Questão 06

Segundo o autor a maioria dos dois olhos que ele conhece:

- a) Opta pela exposição pessoal.
- b) Está em boas companhias.
- c) Luta intrepidamente.
- d) Desistiu de lutar.
- e) Foge do anonimato.

Questão 07

Segundo o texto, a razão que explica pessoas com mérito e competência dificilmente serem promovidas no Brasil está na opção:

- a) Porque são malvistas.
- b) Porque se adéquam ao padrão oficial nas empresas.
- c) Porque não produzirão o que se espera delas.
- d) Porque misturam política com conhecimento.
- e) Porque têm conhecimento, mas não sabem verbalizá-lo.

Questão 08

No segmento do texto “Nenhum **ditado popular** explica...”, o termo em negrito pode ser substituído por todos abaixo, exceto:

- a) Adágio.
- b) Anexim.
- c) Provérbio.
- d) Máxima popular.
- e) Axioma.

Questão 09

“Todo mundo **palpita** em economia e futebol como se fosse Ph.D. no assunto.” Sobre o termo destacado só é verdadeiro o que se afirma em:

- a) Trata-se de uma forma verbal com transitividade indireta.
- b) É um verbo que não precisa de complemento.
- c) Tem como complemento o objeto direto “em economia”.
- d) O termo “futebol” desempenha a função de predicativo do objeto.
- e) “Em economia” é o advérbio que indica o modo como se deu a ação verbal.

Questão 10

Na frase “*Nosso povo só precisa acreditar mais em si mesmo e perceber que cegos são os outros*” é correto afirmar que:

- a) A conjunção “*mais*” possui valor adversativo.
- b) A palavra “*só*” é um termo morfologicamente sem função.
- c) Há orações coordenadas aditivas formando o período.
- d) O período é composto por subordinação.
- e) A palavra “*mesmo*” não constitui uma repetição desnecessária sintaticamente falando.

Questão 11

“*Se você for um desses, tenha mais coragem e lute.*” Sobre esta passagem do texto é correto afirmar que:

- a) Há uma constante interação, respectivamente, entre o leitor e o articulista através do uso de vocativos.
- b) A pontuação no trecho está inadequada, pois não se separa sujeito do verbo.
- c) “*For*” é uma forma verbal do verbo ir indicando deslocamento na mudança de estado.
- d) A primeira oração indica uma condição para que o fato declarado na segunda oração ocorra.
- e) As formas verbais “*tenha*” e “*lute*” estão no modo do infinitivo flexionado.

Questão 12

Passando a frase “Os bajuladores expulsaram a inteligência”, para a voz passiva analítica a nova redação será:

- a) Expulsou-se a inteligência.
- b) Os bajuladores expulsarão a inteligência.
- c) A inteligência foi expulsa pelos bajuladores.
- d) A Inteligência expulsou os bajuladores.
- e) A Inteligência é expulsa pelos bajuladores.

Questão 13

Em relação ao uso da crase, a frase inteiramente correta é:

- a) A maioria dos dois-olhos começou à chorar de raiva por não terem o reconhecimento que merecem.
- b) Se colocarmos cara à cara pessoas talentosas e pessoas míopes, a sociedade escolherá as últimas.
- c) Comandar à massa ignara era o ofício da elite pensante.
- d) Nem sempre quem tem um olho é rei, às vezes quem tem dois olhos torna-se uma divindade.
- e) A ignorância sempre observa à distância o que faz a inteligência.

Questão 14

“*Por essa razão, pessoas com mérito e competência dificilmente são promovidas no Brasil.*” A opção que contém a palavra acentuada pela mesma razão que a destacada no trecho é:

- a) Têm.
- b) Fácil.
- c) Alguém.
- d) Negócio.
- e) Acadêmicos.

Questão 15

“*Foi-se o tempo de uma elite pensante comandar a massa ignara.*” Nesta passagem do texto é correto afirmar que:

- a) Há um erro de concordância com o substantivo “*ignara*”.
- b) O termo que caracteriza “*massa*” deveria ser o advérbio “*ignaro*”.
- c) A oração é sem sujeito.
- d) A flexão do adjetivo “*ignara*” foi realizada para efeito de concordância com o substantivo “*massa*”.
- e) O pronome “*se*” é complemento verbal do verbo “*ir*”.

Legislação e Atualidades**Questões De 16 a 25****Questão 16**

Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Enquanto aos atos privados se aplica o princípio da solenidade das formas, aos atos administrativos se aplica o princípio da liberdade das formas.
- b) O silêncio administrativo sempre implica em consentimento.
- c) Será considerada inválida a forma de um ato administrativo que não atender às disposições legais a ela aplicáveis.
- d) A forma é considerada um requisito discricionário do ato administrativo.
- e) Os gestos ou sinais visuais não são considerados formas válidas, de acordo com a lei.

Questão 17

Acerca do motivo e motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A ausência de motivo nos atos administrativos somente os torna nulo quando emanados em desacordo com a lei.
- b) A incompatibilidade lógica entre o motivo alegado e o objeto do ato não tem o poder de tornar o ato administrativo inválido.
- c) O motivo de direito é a situação hipotética prevista pelo legislador na norma que, quando ocorrida no mundo real, autoriza a prática do ato administrativo correspondente.
- d) Pela teoria dos motivos determinantes, um ato administrativo permanece válido mesmo que se comprove que a situação fática que deu motivo à sua prática não ocorreu de fato.
- e) Pela teoria dos motivos determinantes, caso demonstre-se que a situação fática que motivou a prática de um ato não existiu de fato, configurar-se-á vício de competência sobre o ato.

Questão 18

O dever da Administração Pública de fazer uso de equipamentos, técnicas e processos modernos na prestação dos serviços públicos reflete o requisito da:

- a) Regularidade.
- b) Continuidade.
- c) Segurança.
- d) Atualidade.
- e) Generalidade.

Questão 19

Se determinado servidor público é absolvido na esfera criminal por determinada conduta que não causou dano patrimonial à Administração, é correto dizer que:

- a) Continua podendo ser responsabilizado normalmente na esfera civil pelo mesmo fato.
- b) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente pelo mesmo fato.
- c) Poderá ser responsabilizado civilmente, desde que mediante processo administrativo adequado.
- d) Não poderá mais ser responsabilizado civilmente, exceto se por autoridade hierarquicamente superior.
- e) Poderá ainda ser civilmente responsabilizado, mas desde que não ultrapasse os limites da sentença absolutória.

Questão 20

Observe os itens abaixo que descrevem algumas pessoas e, em seguida, assinale a alternativa que indica corretamente, de acordo com a legislação aplicável, quais delas são consideradas sujeitos ativos dos crimes de abuso de autoridade:

- I. Mário, servidor público efetivo, lotado na Fundação das Águas de seu Município.
 - II. Garcia, Deputado Federal.
 - III. Lúcia, contratada da Secretaria de Finanças Municipal, para temporada de serviço de três meses.
 - IV. Joana, presta serviço em uma escola municipal sem remuneração.
- a) Apenas Mário e Garcia.
 - b) Apenas Joana e Lúcia.
 - c) Apenas Mário e Lúcia.
 - d) Lúcia, Garcia e Joana.
 - e) Mário, Garcia, Lúcia e Joana.

Questão 21

Acerca da ética aplicada ao serviço público, observe os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Mesmo em sua vida privada, o servidor deve observar em sua conduta a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais.

II. O servidor deve manter separação nítida entre sua vida pessoal e vida profissional, uma vez que a sua conduta particular não exerce influência sobre suas funções públicas.

III. O princípio da publicidade é também uma manifestação da moralidade administrativa, na medida em que torna pública a atuação administrativa, inibindo condutas antiéticas.

- a) Apenas I é verdadeiro.
- b) Apenas II é verdadeiro.
- c) Apenas I e II são verdadeiros.
- d) Apenas I e III são verdadeiros.
- e) I, II e III são verdadeiros.

Questão 22

Observe os itens abaixo sobre o Município de Estreito e, em seguida, assinale a alternativa correta:

I. Após ser elevado à categoria de Vila em 1948, Estreito começou a ser chamado de Vila Paranaidji.

II. O Município de Estreito foi fundado por Manoel Rodrigues de Melo Uchoa em 1835, após constatar a navegabilidade do rio e a beleza do lugar.

III. Estreito passou por duas emancipações ao longo de sua história, sendo a que segunda foi alcançada após o esforço liderado por Valmir Siebra Vilar, um vendedor de relógios que acabou se tornando o primeiro prefeito de Estreito após a segunda emancipação.

- a) Apenas I é verdadeiro.
- b) Apenas I e II são verdadeiros.
- c) Apenas I e III são verdadeiros.
- d) Apenas II e III são verdadeiros.
- e) I, II e III são verdadeiros.

Questão 23

A Matopiba, região formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, sempre foi um destaque por sua força produtora, mas nos primeiros meses de 2022 também tem chamado atenção pela velocidade do desmatamento que a tem afetado. Acerca do tema, assinale abaixo a única alternativa incorreta:

- a) A Matopiba tem aproximadamente 73,1 milhões de hectares e produz cerca de 10% dos grãos e fibras do Brasil.
- b) A soja, o milho e o algodão são os grandes destaques da produção da Matopiba.
- c) De acordo com o Relatório Anual do Desmatamento no Brasil, 23,6% do desmatamento em terras nacionais no ano de 2021 ocorreu dentro da Matopiba.
- d) A Matopiba engloba 337 Municípios e 32,77% de sua área pertence ao Maranhão.
- e) O bioma predominante na Matopiba é a mata de cocais.

Questão 24

A Agenda 2030 é um documento pelo qual o Brasil se propôs a alcançar dezessete objetivos de desenvolvimento sustentável com a cooperação das Nações Unidas (ONU). Acerca da Agenda 2030, assinale a única alternativa incorreta:

- a) Trabalho decente e crescimento econômico são um dos objetivos da Agenda 2030.
- b) Indústria, inovação e infraestrutura são um dos objetivos da Agenda 2030.
- c) De acordo com o documento, são considerados vivendo em extrema pobreza aqueles que vivem com menos de US\$ 1,90 por dia.
- d) O objetivo de “Educação de Qualidade” tem como meta garantir que todos os homens e mulheres tenham completado o ensino superior até 2030, com qualidade.
- e) O objetivo de “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” tem como meta um crescimento de, pelo menos, 7% do PIB nos países menos desenvolvidos.

Questão 25

No dia 10 de agosto de 2022 a Secretaria de Saúde do Maranhão confirmou o primeiro caso de paciente com varíola dos macacos em São Luís, capital do Estado. Apesar da doença levar em seu nome a menção aos macacos, é correto dizer que:

- a) Os macacos são os animais considerados reservatórios do patógeno na natureza.
- b) Só os macacos transmitem a doença para os humanos.
- c) A contaminação de humanos ocorre pelo contato com qualquer macaco ou qualquer roedor.
- d) O macaco não tem nenhuma relação com o vírus Monkeypox, que é transmitido exclusivamente de roedores para humanos.
- e) No atual surto, não há nenhuma participação dos macacos na transmissão do Monkeypox para humanos, sendo que a doença só leva esse nome porque o vírus foi identificado pela primeira vez em 1958 em macacos de cativeiro na Dinamarca.

Conhecimentos Específicos**Questões De 26 a 50****Questão 26**

Há, no Direito Tributário, fontes classificadas segundo as situações ou fatos tributários, e aquelas oriundas da função legiferante do Estado. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal é, naturalmente, fonte formal secundária do Direito Tributário, devido ao seu maior grau de relevância.
- b) As resoluções, assim como os decretos legislativos, não são considerados fontes do Direito Tributário.
- c) As emendas à Constituição são fontes formais primárias.
- d) A renda, o patrimônio e a propriedade são exemplos de fontes formais primárias.
- e) As instruções ministeriais, assim como os decretos e regulamentos expedidos pelo Chefe do Poder Executivo não podem ser fontes do Direito Tributário.

Questão 27

Noticiou-se, recentemente, que o Governo Federal pretende reduzir a alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) sobre carros elétricos, de modo a incentivar o seu consumo pelo mercado, uma vez que são menos agressivos ao meio ambiente comparados aos movidos à combustão. Com base nos seus conhecimentos sobre o assunto da classificação da finalidade dos tributos, assinale a alternativa correta:

- a) A medida pretendida pelo Governo está visando uma finalidade parafiscal, uma vez que corre paralelamente à fiscalidade do tributo.
- b) De acordo com o narrado, o tributo cuja alíquota pretende-se alterar possui finalidade extrafiscal, posto que não visa, precipuamente, à arrecadação de receitas, mas sim motivar o mercado e estimular a substituição da frota de veículos atual por uma mais limpa e adequada ao meio ambiente.
- c) O imposto sobre produtos industrializados tem finalidade fiscal, uma vez que ocorre sobre a produção de bens, ou seja, geração de riqueza. Assim, a alteração pretendida pelo Governo somente pode ser classificada com caráter de fiscalidade.
- d) As contribuições sindicais são exemplos de tributos extrafiscais.
- e) O IPI pode ser classificado como um tributo fiscal ou parafiscal, de acordo com o objetivo buscado no estabelecimento de sua alíquota.

Questão 28

A obrigação tributária surge para o sujeito passivo com a ocorrência do fato gerador, ou seja, do cumprimento, no mundo real, da hipótese de incidência. Acerca da obrigação tributária, assinale a alternativa correta:

- a) O pagamento do tributo correspondente é o objeto da obrigação principal, ao contrário da penalidade pecuniária, cujo pagamento não é classificado como obrigação principal.
- b) A extinção do crédito decorrente também extingue a obrigação principal correspondente.
- c) As obrigações acessórias, assim como as principais, podem ter seus fatos geradores decorrentes de decretos e normas complementares.
- d) Extinguindo-se a obrigação principal, também extingue-se necessariamente a acessória.
- e) As obrigações principais são caracterizadas por sua natureza jurídica de fazer algo, enquanto as acessórias possuem natureza jurídica de obrigação de não fazer.

Questão 29

Félix é proprietário de uma pequena produtora rural que cultiva, em seu sítio, milharais. Toda a sua produção é vendida para a Delícia Indústria de Pamonhas Ltda, a qual transforma os milhos produzidos por seu Félix em pamonhas e canjicas que serão vendidas nos supermercados locais. Sabendo que a situação narrada, de acordo com a legislação aplicável, sujeita-se a substituição tributária regressiva, assinale a alternativa correta:

- a) Na situação apresentada, a produtora rural de Félix é a contribuinte do ICMS (imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), devendo ela recolhê-lo na saída do produto de suas dependências, ou seja, na venda da produção para a Delícia Indústria de Pamonhas Ltda.
- b) O ICMS incidente deverá ser pago tanto pela produtora rural de Félix, quanto pela Delícia Indústria de Pamonhas Ltda.
- c) Sendo o caso de substituição tributária regressiva, nem a produtora rural nem a indústria terão que realizar o pagamento do ICMS, pois tudo será pago pelo lojista final.
- d) Na hipótese narrada, embora a produtora rural de Félix seja a contribuinte, a indústria é que será a responsável e quem deverá recolher o pagamento aos cofres públicos.
- e) A solidariedade e a sucessão são espécies de responsabilidade vedadas pela legislação tributária em vigor.

Questão 30

Odorico foi notificado que havia contra ele crédito tributário exigível e que deveria tomar uma das medidas legalmente cabíveis. Procurando seu advogado, este o informou de algumas das providências que poderia tomar para que fosse suspensa a exigibilidade do crédito tributário. Assinale, dentre as sugestões do advogado, a única que está integralmente correta de acordo com a lei:

- a) *“Caso o senhor realmente queira impetrar mandado de segurança, a medida liminar concedida nele suspenderá a exigibilidade do crédito tributário”.*
- b) *“Infelizmente, outras ações judiciais não tem o poder de suspender a exigibilidade de crédito tributário, ainda que seja concedida medida liminar ou tutela antecipada”.*
- c) *“A vantagem do parcelamento é que em vez de suspender, ele já extingue o crédito tributário”.*
- d) *“Não se preocupe, pois uma vez suspensa a exigibilidade do crédito, você estará dispensado das obrigações acessórias, já que estas não fazem sentido sem aquela”.*
- e) *“Uma boa possibilidade é o senhor fazer um parcelamento, pois, se não houver alguma lei dizendo o contrário, a incidência de juros e multas será excluída por ele”.*

Questão 31

O Município de Terras Nobres estabeleceu alíquota progressiva de IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana), de acordo com uma fórmula que considerava o valor venal e a área edificada de cada imóvel, variando entre quatro faixas de alíquotas, da mais baixa à mais alta. Felinto, proprietário de uma panificadora localizada em um pequeno ponto comercial construído ao lado de uma residência, percebeu, somente após o pagamento, que o carnê de IPTU do ano corrente estava indicando sua alíquota como faixa 4, quando deveria enquadrar-se na faixa 1. Em recurso à prefeitura, ficou demonstrado que esta considerou a residência ao lado como um único imóvel com o ponto comercial de Felinto. De acordo com o disposto na legislação aplicável e com o caso hipotético narrado, assinale a alternativa correta:

- a) Não há possibilidade de restituição dos valores pagos na hipótese narrada, visto que houve erro de lançamento, sem dolo por parte da fiscalização municipal. O excesso deverá ser creditado a favor da panificadora para futuros impostos.
- b) A cobrança de tributo maior que o devido gerou, para Felinto, o direito a ser restituído do que pagou em excesso, restituição essa que ele deverá pleitear no prazo máximo de 1 (um) ano, a partir da data de extinção do crédito tributário.
- c) Infelizmente, o direito à restituição só ocorre em caso de reforma, anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória, o que não é o caso de Felinto.
- d) O erro na determinação da alíquota aplicável somente gera, para o sujeito passivo, direito à restituição, se o pagamento houver sido realizado por meio da modalidade de estampilha.
- e) Caso Felinto pleiteie a restituição do que pagou em excesso e houver decisão administrativa que denegue o seu pedido, ele poderá ajuizar ação anulatória contra esta decisão em até 2 (dois) anos, sob pena de prescrição.

Questão 32

Matias, profissional autônomo, encontra-se em débito com a Fazenda Pública, com crédito já inscrito em dívida ativa no valor de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Não obstante, por não estar atravessando uma fase boa financeiramente, Matias também gerou outras dívidas, dentre as quais R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) pelos direitos trabalhistas de uma ex-funcionária e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por um conserto de seu automóvel, este anterior ao lançamento do tributo. Como seus únicos bens são uma moto avaliada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e um terreno avaliado em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), ele realizou a venda da moto para quitar o débito trabalhista e com a oficina mecânica. Diante da situação narrada e da legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) A venda realizada por Matias será considerada fraudulenta, uma vez que realizada após a inscrição do seu débito como dívida ativa, ainda que o terreno tenha valor suficiente para pagar integralmente este.
- b) Como o terreno de Matias possui valor suficiente para quitar o débito tributário inscrito na Dívida Ativa, a venda da moto não será presumida como fraudulenta.
- c) O crédito tributário devido por Matias têm preferência ao valor que ele deve de natureza trabalhista e também ao devido à oficina mecânica de particular.
- d) Se acontecesse de os três credores cobrarem judicialmente Matias, ocorreria um concurso de preferência entre a fazenda pública, a ex-funcionária de Matias e a oficina mecânica.
- e) Em face do crédito tributário, os bens de Matias respondem integralmente, independente de cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade absoluta, gravação de ônus real ou privilégios especiais que constem sobre eles.

Questão 33

Considere os itens abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta:

I. Em fiscalização realizada nas dependências de uma livraria, as mercadorias, papéis ou livros comerciais que os fiscais queiram verificar devem ser disponibilizados, uma vez que nenhuma disposição legal que exclua ou limite o direito de exame pode ser aplicada à fiscalização tributária.

II. Ainda que a livraria já tenha passado por procedimento de fiscalização, deverá conservar seus livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal até que os créditos tributários cujas operações se refiram prescrevam.

III. No que se refere aos bancos, estes somente serão obrigados a prestar informações à autoridade administrativa caso sejam intimados por escrito, mas não se trate de bens, negócios ou atividades de terceiros.

- a) Apenas I é verdadeiro.
- b) Apenas II é verdadeiro.
- c) Apenas III é verdadeiro.
- d) Apenas I e II são verdadeiros.
- e) Apenas II e III são verdadeiros.

Questão 34

Seu Aparício estranhou ao ser cobrado recentemente pelo imposto sobre propriedade territorial rural (ITR) incidente sobre sua propriedade através de correspondência da fiscalização do Município de Brejo Largo. Indagando de seus vizinhos, descobriu que seu Agenor, proprietário do sítio ao lado, também fora cobrado, mas em valor inferior e que seu Souza, proprietário do sítio da frente, não. Irresignado com a situação, resolveu consultar um advogado para descobrir o que poderia fazer sobre a situação. Acerca do assunto e de acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa correta em relação à situação vivida por seu Aparício e vizinhos:

a) A cobrança incidente sobre as propriedades rurais da vizinhança de seu Aparício não está eivada de ilegalidade, uma vez que o ITR é um imposto de competência dos Estados e pode ser cobrado pelo Município de Brejo Largo.

b) Embora a fiscalização e a cobrança do ITR possa ser realizada pelo Município de Brejo Largo, este não poderia fazê-la de forma progressiva, independentemente da situação ou tamanho das propriedades.

c) A situação vivida por seu Aparício pode ser explicada pelo fato que sua propriedade é maior que as demais e encontra-se improdutiva, enquanto a de seu Agenor é bem menor e produtiva, e a de seu Souza está enquadrada no conceito legal de pequena gleba rural, sendo seu único imóvel.

d) Independente da propriedade de seu Souza ser ou não uma pequena gleba rural, não poderia o Município de Brejo Largo deixar de cobrar dele, em razão desta postura representar renúncia fiscal, o que é vedado pela legislação aplicável.

e) A progressividade da alíquota é uma característica do imposto sobre a propriedade territorial urbana (IPTU), sendo inviável sua extensão ao ITR, como na situação narrada.

Questão 35

A Casa Terapêutica Caminho da Vida Livre, sediada no Município de Camaçari, Bahia, tomou conhecimento da grande necessidade da instalação de uma filial no Município de Tobias Barreto, Estado de Sergipe. Após solicitar apoio aos seus mantenedores, um deles, a Construtora Pedras, sediada em Aquiraz, Ceará, informou que possuía um terreno amplo em Tobias Barreto e que realizaria a doação para que a instituição pudesse abrir a filial desejada. De acordo com a situação narrada e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto de transmissão *causa mortis* e doação (ITCMD) será de competência do Município de Camaçari, onde está sediada a donatária.
- b) É correto dizer que o ITCMD será de competência do Estado da Bahia, onde está sediada a donatária.
- c) O ITCMD incidente será de competência do Município de Tobias Barreto, local da situação do bem.
- d) O ITCMD a incidir na doação será de competência do Estado de Sergipe, local da situação do bem.
- e) O ITCMD incidente na doação será de competência do Estado do Ceará, onde está sediado o atual proprietário e doador.

Questão 36

Observe as arrecadações descritas nos itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que informa, correta e respectivamente, o percentual sobre elas pertencente aos Municípios:

- I. Imposto de renda (IR) incidente na fonte, sobre os rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.
 - II. Imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR), quando o Município optou por realizar a fiscalização e cobrança.
 - III. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) licenciados em seus territórios.
- a) 50%; 50%; 50%.
 - b) 100%; 50%; 50%.
 - c) 100%; 50%; 25%.
 - d) 100%; 100%; 50%.
 - e) 50%; 100%; 25%.

Questão 37

A Ambrósio Transportes Ltda, empresa prestadora de transporte interestadual, sediada no Município de Anápolis, Goiás, contratou recentemente, a Cajuzeira Edificações Ltda, construtora sediada em Campo Maior, Piauí, para construir um galpão de apoio para seus transportes em Palmas, Tocantins. De acordo com a situação narrada, considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Haverá incidência de imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), de competência do Município de Palmas, Tocantins.
- b) Não haverá incidência de ISS, pois trata-se de empresa prestadora de serviço de transporte interestadual, que goza de imunidade legal para este tributo.
- c) Haverá incidência de ISS, de competência do Município onde está sediada a contratante, ou seja, Anápolis, Goiás.
- d) Não haverá incidência de ISS, mas sim de ICMS, posto que a legislação aplicável determina que este seja o tributo aplicado nos casos de empresas de transporte interestadual.
- e) Se, em vez de interestadual, o serviço prestado pela Ambrósio Transportes fosse intermunicipal, ela estaria isenta da incidência de ISS e de ICMS.

Questão 38

César, Luís e Fabrício começaram, há algum tempo, a comprar mercadorias de uma distribuidora e revendê-las em seu bairro. Apesar de não terem registrado uma pessoa jurídica, acabaram sofrendo fiscalização e autuados por não recolhimento dos tributos aplicáveis. Diante da situação atípica, considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Ainda que irregular ou meramente de fato, a sociedade de César, Luís e Fabrício possui, para efeitos tributários, capacidade tributária passiva, portanto está sujeita a incidência de tributos.
- b) A incidência de tributos, ainda que regular a sociedade, somente ocorrerá sobre os sócios que estejam em situação de capacidade civil plena.
- c) A incidência tributária, ainda que irregular a sociedade, não ocorrerá sobre o sócio que esteja privado do exercício de suas atividades civis, ou da administração direta de seus bens ou negócios, como, por exemplo, nos casos de interdição civil.
- d) A irregularidade da sociedade não permite seu revestimento de capacidade tributária passiva, sendo o caso de imposição de multa pela ilegalidade da atividade.
- e) A situação narrada demonstra um caso de sociedade de fato, à qual somente incidirá carga tributária se atendidos os critérios de potencial litude da atividade exercida.

Questão 39

Dona Luísa tem, desde 1996, a posse de um imóvel residencial na localidade de Cachoeiras, a 4 quilômetros da sede do Município de Timbé. Ela mora na única rua calçada, ao lado do posto de saúde inaugurado em 2010 e bem em frente à escola primária, que funciona desde 2005. No ano de 2011, dona Luísa recebeu em sua residência o carnê de pagamento do ITR, mas a partir de 2018 passou a receber carnê de IPTU. Levando a sua situação até a Prefeitura constatou-se que houve um erro. De acordo com a situação narrada e considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) O erro verificado na situação de dona Luísa está na cobrança do IPTU a partir do ano de 2018, uma vez que a localidade onde reside encontra-se a 4 quilômetros da sede do Município.
- b) Dona Luísa não deveria ter recebido carnê do ITR somente em 2017, mas sim desde 2010, ano que foi inaugurado o posto de saúde, considerado melhoramento público.
- c) O erro verificado ocorreu na cobrança de ITR no lugar da cobrança de IPTU, uma vez que a localidade da residência de dona Luísa já conta com 2 (dois) ou mais tipos de melhoramentos indicados na legislação aplicável, já sendo, portanto, considerada zona urbana.
- d) Embora incida, em tese, IPTU sobre a residência de dona Luísa, a posse da qual ela desfruta não constitui fato gerador suficiente para a sua cobrança.
- e) O erro verificado está no fato de a localidade de dona Luísa dispor de somente uma rua calçada, o que está abaixo do limite legal de 2 (dois) melhoramentos para que seja considerada zona urbana.

Questão 40

De acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa abaixo que narra corretamente uma situação que constitui fato gerador do imposto sobre a transmissão de bens imóveis (ITBI):

- a) A transmissão dos direitos reais de garantia sobre uma casa localizada no mesmo Município do vendedor e comprador.
- b) A transmissão da propriedade de um terreno por um sócio à sociedade empresária da qual faz parte, para integralizar o capital social nela subscrito, considerando que seu objeto social seja a construção civil.
- c) A transmissão dos bens pertencentes à empresa incorporada pela incorporadora, considerando que o objeto social de ambas seja a produção de eventos.
- d) A transmissão do domínio útil de bens imóveis por acessão física, como definidos na lei civil.
- e) A transmissão de bens de pessoa jurídica ao sócio que os havia incorporado para pagamento do capital nela subscrito, em razão da desincorporação deles, considerando que o objeto social da pessoa jurídica é varejo de gêneros alimentícios.

Questão 41

O Município de Dispêndio estabeleceu, recentemente, uma taxa de fiscalização dos automóveis e motoristas vinculados a aplicativos de transportes. A taxa foi justificada pelo exercício regular do poder de polícia visando à regularização, segurança, ordem e disciplina do mercado de transportes de passageiros por aplicativos. De acordo com a legislação aplicável às taxas, assinale a alternativa correta:

- a) Não compete aos Municípios o estabelecimento de taxas, mas somente a lei federal ou estadual.
- b) A cobrança da taxa estabelecida não se coaduna ao estabelecido pela legislação, uma vez que a fiscalização realizada ao contribuinte precisa ser destacável em unidades autônomas e mensuráveis de intervenção.
- c) Para que o exercício do poder de polícia possa ser considerado regular, trate ele de atividade considerada pela lei como discricionária ou vinculada, é necessário e suficiente que seja desempenhado pelo órgão competente.
- d) Quando cobradas de empresas, as taxas devem ser calculadas em função de seus capitais.
- e) As taxas podem ser instituídas e cobradas pelos Municípios, pelo Distrito Federal, pelos Estados e pela União, no âmbito de suas respectivas atribuições.

Questão 42

O Município de Tabuna realizou a obra de construção de um lago artificial em um terreno baldio localizado no centro de um bairro da sua periferia. A obra, que contou com concretagem das margens do lago, paisagismo, arborização e instalação de equipamentos comunitários de lazer e ginástica, custou aos cofres públicos o valor de R\$ 1.240.000,00 (um milhão e duzentos e quarenta mil reais). O levantamento feito pela Prefeitura de Tabuna verificou que, cada um dos 80 imóveis residenciais ao redor do lago, tiveram valorização média de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) cada. De acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa que informa corretamente o valor máximo que a Prefeitura poderia cobrar de cada imóvel valorizado caso fosse instituída uma contribuição de melhoria, considerando que a estimativa narrada é de fato a valorização efetiva:

- a) R\$ 15.500,00.
- b) R\$ 30.000,00.
- c) R\$ 80.000,00.
- d) R\$ 41.333,00.
- e) O valor venal de cada imóvel.

Questão 43

O Município de Toró D'água decretou estado de calamidade pública, visando conter o deslizamento de barrancos, alagamento de vias e inundação de aparelhos públicos, como escolas e postos de saúde, em virtude das fortes chuvas que acometeram seu território nos últimos dias. Para esse fim, instituiu empréstimo compulsório para custear todas as despesas urgentes. De acordo com a situação narrada e a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) Os Municípios não possuem competência para a instituição de empréstimos compulsórios, pois esta é privativa dos Estados e da União.
- b) Apesar dessa espécie de tributo ser denominada como empréstimo, não há a necessidade de devolução posterior dos valores arrecadados, como ocorre nos empréstimos da esfera privada.
- c) A instituição do empréstimo compulsório só pode ocorrer através da edição de lei complementar, não sendo possível através de medida provisória ou outros atos do Poder Executivo.
- d) A instituição do empréstimo compulsório narrado está correta, posto que aos Municípios somente compete instituí-los em caso de calamidade pública.
- e) É permitido ao ente instituidor do empréstimo compulsório a utilização de sua arrecadação em fim diverso do que motivou sua instituição, desde que garanta este, por meio de lei, sua compensação por outra receita.

Questão 44

O princípio constitucional da publicidade, aplicado à Administração Pública, visa garantir a mais ampla divulgação e controle da conduta dos agentes administrativos. Observando os instrumentos arrolados abaixo, assinale o único que não tem como objetivo precípuo o exigimento ou efetividade do princípio da publicidade dos atos da Administração Pública:

- a) Habeas data.
- b) Direito de petição.
- c) Certidões.
- d) Ação popular.
- e) Chamamento público.

Questão 45

Considere a seguinte situação hipotética: Thomas Hardt, americano com visto de residência no Brasil, foi aprovado em concurso público para preenchimento do cargo de analista judiciário no Poder Judiciário Estadual de onde residia. Seis meses após tomar posse do cargo, filiou-se a um sindicato e engajou-se na luta por melhores condições salariais, uma vez que a remuneração de sua categoria encontrava-se limitada pela remuneração dos Desembargadores do Tribunal de Justiça. De acordo com a situação narrada e considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa correta:

- a) A situação de Thomas não está de acordo com a legislação pertinente, pois o estrangeiro com mero visto de residência não está apto para acessar cargo público no Brasil, sendo imprescindível sua naturalização.
- b) A filiação sindical é vedada aos servidores públicos empossados no cargo há menos de 2 (dois) anos.
- c) A filiação sindical é permitida aos servidores públicos civis, sendo-lhes apenas vedado o direito de greve.
- d) Está correta a limitação posta sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário em relação ao subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, os quais também têm o seu teto remuneratório em 90,25% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) Não obstante os limites impostos às remunerações dos Poderes, estes não limitam-se mutuamente, ou seja, nada impede que os vencimentos do Poder Judiciário sejam superiores aos pagos pelo Poder Executivo, desde que tenha orçamento e respeite as limitações constitucionais internas.

Questão 46

Josias é servidor público lotado na Secretaria de Educação do Município de Passatempo. Nas últimas eleições, candidatou-se ao cargo de Vereador e venceu em terceiro lugar. Na mesma eleição, seu amigo, Fonseca, também servidor público, lotado como médico-obstetra do hospital público local, também concorreu e venceu para o cargo de Prefeito Municipal. De acordo com a legislação aplicável e considerando a situação narrada, assinale a alternativa:

- a) Tanto Josias quanto Fonseca precisarão se afastar de seus cargos originários em razão do mandato eletivo que assumirão.
- b) Josias precisará se afastar de seu cargo originário, podendo optar pela sua remuneração, mas Fonseca, não.
- c) Havendo compatibilidade de horários entre ambos os cargos, Fonseca poderá continuar a exercer os dois, mas Josias deverá se afastar do seu cargo originário.
- d) Não há, nem para Josias nem para Fonseca, obrigatoriedade de afastamento de seus cargos originais.
- e) Josias poderá continuar a exercer tanto o seu cargo originário quanto o mandato eletivo, caso ambos tenham entre si compatibilidade de horários, mas Fonseca deverá se afastar do seu cargo originário, sendo-lhe facultado tão somente optar pela sua remuneração.

Questão 47

Considere hipoteticamente que a receita corrente líquida do Município de Pórtico é, no exercício atual, de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). De acordo com a legislação aplicável, assinale a alternativa correta, considerando o valor informado:

- a) O Município de Pórtico não poderá ultrapassar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com a despesa total de pessoal, respeitados os limites de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal e R\$ 4.090.000,00 (quatro milhões e noventa mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Executivo.
- b) O Município de Pórtico não poderá ultrapassar R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com a despesa total de pessoal, respeitados os limites de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal e R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para a despesa total com pessoal do Poder Executivo.
- c) O Município de Pórtico não poderá ultrapassar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com a despesa total de pessoal, respeitados os limites de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal e R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Executivo.
- d) O Município de Pórtico não poderá ultrapassar R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) com a despesa total de pessoal, respeitados os limites de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal e R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Executivo.
- e) O Município de Pórtico não poderá ultrapassar R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) com a despesa total de pessoal, respeitados os limites de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Legislativo municipal e R\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil reais) para a despesa total com pessoal do Poder Executivo.

Questão 48

A dívida consolidada do Município de Patuscada ultrapassou o seu limite no final do primeiro quadrimestre de 2020. De acordo com a legislação, assinale a única alternativa que não está correta quanto às providências e consequências implicadas pela situação:

- a) O Município de Patuscada deverá reconduzir a dívida consolidada de volta ao limite ultrapassado até o término dos três quadrimestres subsequentes, reduzindo o excedente, no mínimo, em 25%, já no primeiro.
- b) O Município de Patuscada sofrerá proibição imediata de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado apenas o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.
- c) Também sofrerá, desde já, impedimento para receber transferências voluntárias do Estado ou da União.
- d) Devido ao excesso ter ocorrido no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, as restrições decorrentes impostas ao Município serão suspensas até a realização integral das eleições municipais do ano corrente, sendo aplicadas após a diplomação dos eleitos, caso não tenha o Município conduzido sua dívida consolidada de volta ao limite estabelecido.
- e) É vedada a divulgação, por qualquer das esferas do Poder Público, dos Municípios que tenham ultrapassado os limites da dívida consolidada ou mobiliária.

Questão 49

A Prefeitura de Pimenta da Serra está em fase final de preparação do edital de licitação para a construção da nova rodoviária do Município. A obra está estimada em R\$ 3.070.000,00 (três milhões e setenta mil reais). Assinale a alternativa que, de acordo com a legislação aplicável atualizada, informa corretamente quais as modalidades de licitação podem ser utilizadas na situação narrada:

- a) Tomada de preços e concorrência.
- b) Somente tomada de preços.
- c) Convite e concorrência.
- d) Somente concorrência.
- e) Convite, tomada de preços e concorrência.

Questão 50

Acerca dos contratos firmados pela Administração Pública, observe os itens abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que informa correta e respectivamente se são verdadeiros ou falsos de acordo com a legislação aplicável:

I. É possível a alteração unilateral pela Administração Pública de contrato por ela firmado em caso de modificação do projeto para melhor adequação técnica aos seus interesses.

II. Se a substituição da garantia de execução tornar-se conveniente, a alteração do contrato pode ocorrer de forma unilateral pela Administração.

III. A alteração do contrato em virtude da necessidade de modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica de inaplicabilidade dos termos contratuais originários dar-se-á por acordo entre as partes.

- a) Verdadeiro; verdadeiro; verdadeiro.
- b) Verdadeiro; verdadeiro; falso.
- c) Verdadeiro; falso; verdadeiro.
- d) Falso; verdadeiro; verdadeiro.
- e) Falso; falso; verdadeiro.